

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

ANC

Comportamento irresponsável

Não haverá votações na Assembléia Nacional Constituinte dentro dos próximos dez dias, conforme revelação das lideranças partidárias. A ressaca cívica decorrente da aprovação da forma presidencial de governo irá desdobrar-se ao curso da Semana Santa, sem que saiba ao certo quando haverá quorum para deliberações. Prevê-se, em consequência, que o projeto constitucional não deverá estar pronto para promulgação nos próximos sessenta dias, como desejava o presidente da Assembléia.

Parece que, resolvida a questão fundamental da forma de governo, os constituintes julgam dispensável trabalhar dentro da normalidade, o mínimo a exigir-se de quem exerce a delegação política outorgada pelo povo. Trata-se de um comportamento censurável sob todos os ângulos e, portanto, inaceitável, até porque a obrigação de cumprir compromissos é irrecusável para todos os estratos da sociedade. Não consta que, ao revés disso, os membros da Assembléia gozem de privilégios especiais, afóra os da inviolabilidade e imunidade parlamentares, que os capacite a trabalhar quando bem quiserem.

A via crucis do projeto constitucional, há mais de ano em processo de elaboração e debate, não pode perpetuar-se por tempo indeterminado, como sugerem a irresponsabilidade e o descaso da maioria da Assembléia. Já perplexa e traumatizada pela morosidade na fecundação da futura Carta e em razão do ácido debate em plenário, a opinião pública sente-se, agora, também lesada em seus direitos, porque o exercício

da delegação constituinte não pode ser tomado como um favorecimento pessoal, mas como outorga de obrigações políticas a serem cumpridas com presteza e na linha das aspirações nacionais.

Ao mesmo tempo, órfã de definições terminativas sobre as regras aplicáveis às relações sociais, políticas e econômicas no futuro (nedidato, a Nação se encontra virtualmente paralisada. Tais consequências são particularmente notáveis no mundo sensível da produção econômica, sempre carente de perspectivas lúcidas sobre o futuro para desenvolver suas aptidões no campo da geração de riquezas. Por causa das incertezas propostas à sociedade pela Constituinte, caíram a proporções jamais vistas os índices de investimentos internos e externos na economia, principalmente estes últimos. No ano em curso, estima-se crescimento vegetativo para o Produto Interno Bruto, talvez menor do que a taxa de expansão demográfica, quando as pressões sociais exigem desenvolvimento econômico mínimo em torno de cinco por cento.

Ainda que seja impossível, a esta altura, conseguir o funcionamento da Assembléia nos próximos dez dias, que serão consumidos no lazer irresponsável da maioria de seus membros, a advertência sobre tal irregularidade não pode cair no vazio. O contrário disso será a desmoralização completa do órgão, de efeitos imprevisíveis, mesmo porque os ventos da crise econômica ameaçam transformar-se em tempestade e, nesse passo, tragar as próprias instituições democráticas.